



VIOLÊNCIA / Depois de fugir para os Emirados Árabes em setembro de 2022, o empresário tem o processo de extradição concluído. Ele responde por agressões e crimes diversos

Brennand chega escoltado a SP

» TAINÁ ANDRADE

Chegou ao fim a operação de extradição do empresário Thiago Brennand. Ele fugiu para Abu Dhabi, capital dos Emirados Árabes, em 14 de setembro do ano passado, dias antes de ser denunciado pelo Ministério Público de São Paulo à Justiça do estado, e é alvo de cinco mandados de prisão no Brasil, o último indicado em março deste ano, por diversos tipos de agressões e crimes contra mulheres e contra o próprio filho.

Após cinco meses do pedido brasileiro de extradição, feito em novembro de 2022 e 12 dias depois das autoridades dos Emirados Árabes aceitarem, o agressor desembarcou, no fim da tarde de ontem, no Aeroporto Internacional de Guarulhos, em São Paulo, escoltado por uma equipe da Polícia Federal (PF) e um agente da Interpol.

A comitiva saiu na madrugada de sexta-feira, dos Emirados Árabes. O empresário foi acompanhado por dois agentes e um delegado da PF, além de um escrivão da Interpol, com diploma em jiu-jitsu — a escolha específica foi justificada pelas habilidades do agressor, divulgadas publicamente em fotos exibindo que é faixa preta e professor no esporte, nas redes sociais.

No aeroporto, havia quatro advogados à espera de Brennand, Eduardo Cesar Leite, que já acompanha os processos em São Paulo, e mais três profissionais de Recife. Nenhum deles quis conceder entrevista. Além disso, um perito e um membro do consulado árabe também estavam presentes.

Ao sair da aeronave, Brennand foi levado a uma patrulha e seguiu diretamente para a Superintendência da corporação, no bairro da Lapa (SP). Hoje, ele passará por audiência de custódia e será transferido para uma unidade prisional. Os advogados deverão acompanhar todos esses trâmites.

Brennand é acusado de agressões,

Roberto Sungi/Futura Press/Estadão Conteúdo



Thiago Brennand é colocado em patrulha da PF após desembarcar em Guarulhos

sequestros, tortura, por forçar uma mulher a tatuar suas iniciais, estupro, cárcere privado, ameaças, ofensas e prática de corrupção de menores, por ter permitido que seu filho, menor de idade, presenciasse as agressões à modelo Helena Gomes, em agosto do ano passado, em uma academia de luxo na capital de SP — esse foi o caso que deu início às outras denúncias. Além dos cinco mandados de prisão, há a denúncia de outras 15 mulheres que sentiram confiança para denunciar outros casos de agressões cometidos por Brennand.

Justiça às mulheres

O ministro da Justiça e Segurança Pública (MJSP), Flávio Dino, comemorou a chegada do ex-foragido: "Vitória da Justiça sobre a impunidade", escreveu pelas redes sociais. Aproveitou, ainda, para enfatizar que

esse era um recado aos protagonistas de casos semelhantes. "Que o fato sirva de mensagem contra outros agressores", declarou.

Dino parabenizou a equipe da Polícia Federal (PF) que realizou a escolta e os órgãos de Justiça competentes pela busca de diálogo com o Judiciário internacional. A extradição foi pedida pela 1ª, 2ª, 6ª, 30ª varas criminais do município de Porto Feliz e da capital de São Paulo, respectivamente. Para a escolta de Brennand ao território nacional, houve a coordenação da Diretoria de Cooperação Internacional da PF e o apoio da Adidância da PF no Oriente Médio.

O nome do empresário estava na lista vermelha da Interpol e havia uma ordem judicial para que ele entregasse o passaporte às autoridades brasileiras, que foi desobedecida em setembro do ano passado. Ele chegou a ser preso nos Emirados Árabes pela Interpol, mas foi solto após pagar fiança.

Histórico de acusações

Confira algumas das acusações contra o empresário

Março de 2023

Um ex-funcionário de Thiago o acusa de agredir o filho, hoje com 17 anos, com regularidade quando pequeno. Segundo o relato, o empresário usou até máquina de choque na criança.

No mês passado, também houve a acusação da ex-miss Stefanie Cohen de que o empresário a dopou e estuproou em um hotel, em São Paulo.

14 de outubro de 2022

Acusado por uma jovem pernambucana de mantê-la em cárcere privado, estupra-la, obrigá-la a tatuar as letras TFV, que são as iniciais de seu nome e divulgar vídeo íntimo dela sem o consentimento. O tatuador também responde a processo por tortura e lesão corporal gravíssima.

Agosto de 2022

Acusado pela modelo Alliny Helena Gomes de perseguir, agredir e ameaçá-la em uma academia de luxo, no shopping Iguatemi, em São Paulo. Na ocasião, estava presente o filho de Thiago, menor de idade, que também ofendeu a vítima. Isso foi considerado pela Justiça prática de corrupção de menor.

Junho de 2022

Thiago foi acusado de intimidar a promotora Daniela da Silveira Fávoro, do Ministério Público de São Paulo, por ter decidido arquivar uma denúncia sua que afirmava ter sofrido extorsão e calúnia por uma mulher. Em vez de se manifestar por meio de autos do processo, ele enviou um e-mail direto à autoridade.

Ministério das Mulheres condena ação da PF

O Ministério das Mulheres se posicionou em defesa da passageira Samantha Vitena, que passou por uma situação, no mínimo, constrangedora em um voo da Gol, que sairia de Salvador para São Paulo, na madrugada de ontem. Em vídeos divulgados nas redes sociais, a cliente relata, de forma indignada, que ao se recusar a despachar a bagagem de mão — por medo de ter o notebook danificado durante o transporte — foi surpreendida por policiais federais que tentaram detê-la.

A pasta considerou o ocorrido uma violência estrutural às mulheres negras do país. Por isso, pedirá providências à Polícia Federal (PF). "O episódio contra Samantha Vitena em um voo de Salvador na madrugada deste sábado demonstra o racismo e a misoginia que atingem de forma estrutural as mulheres negras em nosso país", diz a nota.

O Ministério das Mulheres informou que pedirá à PF que "peça desculpas e explicações após a abordagem". "Ela foi retirada da aeronave por três homens da Polícia Federal cerca de uma hora depois de o problema da bagagem ter sido resolvido, conforme seu relato e o de testemunhas. A cena é uma afronta a Samantha e a todas as mulheres negras", declara o ministério. Não foi mencionado nenhum contato com a companhia aérea.

Segundo relatos dos outros passageiros, o voo estava atrasado cerca de uma hora para iniciar o embarque. A tripulação abordou a cliente para que ela despachasse a mochila ao perceber que não encontrou lugar para acomodá-la, mas ela se recusou. A situação começou a ficar tensa no momento em que se iniciou uma discussão entre Samantha e um integrante da tripulação.

Com a ajuda de outros clientes, a moça conseguiu encaixar a mochila no

bagageiro superior. Cerca de uma hora depois, o voo não decolou e ela foi abordada pelos agentes que informaram estarem ali para atender a um pedido do comandante da aeronave.

A Gol informou, por meio de nota, que existiam muitas bagagens para serem acomodadas a bordo e que a empresa preza pelas medidas de segurança. "Mesmo com todas as alternativas apresentadas pela tripulação, uma cliente não aceitou a colocação da sua bagagem nos locais corretos e seguros destinados às malas e, por medida de segurança operacional, não pôde seguir no voo", explicou.

De acordo com o Código Brasileiro de Aeronáutica (CBA), a autoridade dentro da aeronave é o comandante e a tripulação. São eles que definem sobre os espaços e podem tanto pedir que o passageiro envie a bagagem para despachar, como pedir a sua retirada da aeronave. Os funcionários não são autorizados a mexer nas bagagens de outros passageiros e não podem ser arbitrários nos ordens aos clientes.

A Agência Nacional de Aviação Civil

Reprodução/Instagram



Samantha foi retirada do voo pela PF a pedido do comandante

(Anac) determina que os clientes podem levar na cabine bagagem de até 10kg, sem custo extra, mas as regras para as dimensões das malas são determinadas por cada companhia aérea. Já a Associação Brasileira das Empresas Aéreas (Abear) permite que o viajante leve consigo um item pessoal, em voo nacionais e internacionais, com dimensões máximas de 55cm por

35cm por 25cm, o que comporta uma mochila com notebook.

A companhia lamentou o ocorrido e ressaltou que as acomodações das bagagens "devem seguir as regras e procedimentos estabelecidos, sem exceções". Ao ser questionada se a abordagem policial é um padrão da empresa para esses casos e se a situação já ocorreu outras vezes, o **Correio** não obteve resposta. (TA)

REDES SOCIAIS

Geoffroy Van Der Hasselt/AFP



Telegram tem um histórico de não cooperação com a Justiça

Telegram está no ar após decisão judicial

A Justiça Federal cassou ontem a determinação que impedia a rede social Telegram de funcionar no Brasil. Com as atividades suspensas desde quarta-feira, por não entregar os contatos pedidos pela Polícia Federal de integrantes e influenciadores dos grupos neonazistas, alegando que as comunidades haviam sido deletadas e para resgatar os números é preciso o telefone do usuário. A decisão foi tomada pelo desembargador federal Flávio Lucas, do Tribunal Regional Federal (TRF-2), que usou o princípio da razoabilidade como argumento.

O juiz considerou que a suspensão do Telegram no Brasil prejudica a "liberdade de comunicação de milhares de pessoas absolutamente estranhas aos fatos sob apuração". Segundo a PF, a paralisação do serviço atingiu 95% dos usuários no país. A decisão final será tomada pelo TRF2, sem data definida para o julgamento. O Telegram voltou a funcionar no país ontem mesmo — às 20h, todas as operadoras de telefonia já haviam permitido o acesso ao aplicativo.

Apesar de contrariar a determinação da primeira instância, a autoridade manteve a multa diária de R\$ 1 milhão ao aplicativo de troca de mensagens enquanto não fornecer os dados. A plataforma de troca de mensagens foi contra ordem da Justiça do Espírito Santo, que solicitou os dados para investigar a ligação dessas pessoas com o ataque que ocorreu em novembro de 2022, na escola localizada no município de Aracruz (ES), e deixou quatro mortos.

A queda de braço iniciou com um pedido da Justiça Federal do Espírito Santo, há 10 dias, para que o Telegram entregasse dados sobre membros de dois grupos neonazistas, principalmente dos administradores. Isso porque a investigação encontrou interação do adolescente assassino, de 16 anos, com os grupos extremistas dentro da plataforma.

Desde o início de abril, quando começou uma sucessão de ameaças e atentados em escolas brasileiras cometidos por adolescentes, o Ministério da Justiça e Segurança Pública (MJSP), por meio de seus órgãos vinculados, investiga o ambiente digital com foco em grupos que disseminam o discurso de ódio, como os neonazistas.

O relatório *O extremismo de direita entre adolescentes e jovens no Brasil: ataques às escolas e alternativas para a ação governamental*, produzido por uma série de especialistas, com a coordenação do professor da Faculdade de Educação na Universidade de São Paulo (USP), Daniel Cara, indica que apesar do alvo dessas comunidades serem os adolescentes, o recrutamento é feito por adultos, por isso é preciso coibir o extremismo de direita e buscar os responsáveis. (TA)